



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES
SERVIÇO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

CONVITE

**FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM INSTALAÇÕES DE BAIXA TENSÃO
NORMAL (BTN) E EM MÉDIA TENSÃO (MT), AO ABRIGO DE ACORDO
QUADRO CELEBRADO PELA CIMAL**

Procedimento n.º 351/AQ/2016



Ao abrigo do art.º 259 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado de CCP, vem a Câmara Municipal de Sines convidar V. Exas. a apresentar proposta no âmbito ajuste direto celebrado nos termos do Acordo Quadro celebrado entre V. Exas. e a Central de Compras da CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, para fornecimento de eletricidade.

I – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é a Câmara Municipal de Sines, adiante designada CMS, NIPC 502 563 010, sita no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, com o telefone n.º +351 269 630 600, o fax n.º +351 630 672, endereço eletrónico aprovisionamento@mun-sines.pt.

II – Órgão Competente para a decisão de contratar

Nos termos do n.º1 do art.º 36.º do CCP, conjugado com o n.º1 do art.º 18.º Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a decisão de contratar foi adotada por deliberação da Câmara Municipal datada de 16/06/2016.

III – Fundamentação da escolha do procedimento de aquisição

O presente convite é efetuado ao abrigo do “Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade” da Central de Compras da CIMAL nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do referido Acordo Quadro.

IV – Disponibilização de acesso ao procedimento

O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública vortalnext com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.vortalnext.pt>; disponibilizada pela empresa Vortal – Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.

V – Prazo e entrega da proposta eletrónica

1. A proposta e restantes documentos deverão ser entregues até às 17 horas do 6.º dia a contar da data de disponibilização do procedimento na plataforma;



2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica;
3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme disposto no n.º 2 do art.º 58º do CCP;
4. O concorrente deverá assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associar, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17.08, devendo a assinatura ser aposta nos documentos que constituem a proposta.

VI – Dúvidas e Esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica vortalnext, até ao final do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas;
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pro escrito, através da plataforma eletrónica vortalnext, até ao final do segundo terço fixado para a apresentação de propostas;
3. Os esclarecimentos e as eventuais retificações serão disponibilizados na plataforma eletrónica, juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados do facto.

VII – Erros e Omissões do Caderno de Encargos

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas os interessados devem apresentar à Câmara Municipal de Sines através da plataforma Vortalnext, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou ainda
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;



2. Exceção-se do disposto no ponto 1 os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato;~
3. A apresentação da lista referida no ponto 1. Deverá conter, em função da natureza do erro ou omissão, os seguintes elementos:
 - a) Memória descritiva com a indicação clara e fundamentada do erro ou omissão;
 - b) Mapa de quantidades, com a identificação do erro ou omissão;
 - c) Quaisquer outros documentos que os interessados entendam necessários, nomeadamente desenhos, fotografias ou cálculos.
4. A apresentação da lista referida no ponto 1, por qualquer dos interessados, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão;
5. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual pode ser sujeito a prorrogação;
6. As listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser juntas às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados que as tenham adquirido;

VIII – Preço base

É fixado em € 370.000,00 (trezentos e setenta mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o preço base para a contratação em causa, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual, com a seguinte distribuição plurianual:

2016 - € 169.700,00 (cento e sessenta e nove mil e setecentos euros) acrescido de IVA;

2017 - € 200.300,00 (duzentos mil e trezentos euros) acrescido de IVA;

Sendo que para cada lote o preço base é de:

Lote 1 - € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) para o fornecimento de energia em Instalações de Baixa Tensão Normal (BTN);

Lote 2 - € 20.000,00 (vinte mil euros) para o fornecimento de energia em Instalações de Média Tensão (MT).



IX - Prazo de Execução

O contrato mantém-se em vigor no período compreendido entre 16/07/2016 e 01/07/2017 ou até o preço contratual ser atingido, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

X – Documentos da proposta

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, de acordo com o disposto no art.º 57.º do CCP:

- a) Declaração de aceitação, do conteúdo do Caderno de Encargos em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na sua redação atual, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para a obrigar e cujo modelo se anexa (Anexo I);
- b) Documento que contenha os atributos, termos e condições em que o concorrente se propõe contratar (nos termos das alíneas b) e c) do n.º1 do art.º 57.º do CCP), dos quais se destaca:
 - i. Preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável;
 - ii. Proposta de preços de energia ativa (€/KWH), indicados até à quarta casa decimal, para períodos I,II,III e IV de acordo com:
 - a) Horas de ponta;
 - b) Horas cheias;
 - c) Horas de vazio normal;
 - d) Horas de super vazio;
 - iii. Condições de pagamento, que não poderão prever pagamentos antecipados;
 - iv. Indicação da forma de faturação;
 - v. Prazo de validade da proposta;
 - vi. Licença de Comercializador de Energia Elétrica.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

XI - Propostas Variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

XII - Prazo de validade das propostas

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

XIII – Pedidos de esclarecimentos

Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri do procedimento e devem ser dirigidos, por escrito, à entidade adjudicante, para o n.º de fax ou endereço de correio eletrónico indicado no Ponto I, no até ao dia anterior do prazo fixado para a apresentação das propostas.

XIV – Critério de adjudicação

O critério de adjudicação será o da proposta com o mais baixo preço por lote, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP. Em situação de empate o critério de desempate será o preço mais baixo apresentado para as horas em cheia.

XV – Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da adjudicação, através de plataforma eletrónica de contratação pública vortalnext, os seguintes documentos comprovativos de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

2. No caso de se verificarem irregularidades nos documentos apresentados pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, é concedido um prazo adicional de 5 dias para supressão das mesmas.

XVI – Caução

Nos termos previstos nos art.º 88.º e 89.º do CCP o adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

XVII – Outorga do contrato

Nos termos da alínea c) do n.º 4 do art.º 95.º do CCP para esta aquisição está dispensada a redução do contrato a escrito.

XVIII - Legislação Aplicável

Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

Sines, 16 de junho de 2016

○ Presidente da Câmara,

Nuno José Gonçalves Mascarenhas



ANEXO I

MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

- 1- ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontram em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente.
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);



- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
 - h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declara nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
 - i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por nenhum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) *Participação* em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Concelho;
 - ii) *Corrupção*, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) *Fraude*, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) *Branqueamento de capitais*, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação da entidade competente para efeitos de procedimentos criminal.



- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ...(data), ...[assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (19) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (20):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (21) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (22)] (23);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (25);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (26);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (27)] os documentos comprovativos de que a sua representada (28) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (29)]

- (19) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (20) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (21) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (22) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (23) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (24) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (25) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (26) Declarar consoante a situação.
- (27) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (28) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (29) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º